



# LEI & BOLA

Os novos contratos de Cristiano Ronaldo passaram por advogados portugueses.

Os de José Mourinho também.

O direito do desporto entrou definitivamente no dicionário dos escritórios nacionais

“**E**stá na moda dizer que se faz direito do desporto.” A frase pertence a Fernando Veiga Gomes, advogado da Abreu Advogados e um dos três sócios que, desde 2007, lidera a área de direito do desporto do escritório. Anteriormente considerado um parente pobre da advocacia, o direito do desporto é hoje uma das áreas com maior crescimento em Portugal. “É normal que com as verbas envolvidas neste desporto os escritórios invistam nesta área de forma a promover a sua própria imagem”, acrescenta Fernando Veiga Gomes. Embora não seja uma área jurídica onde existam “especialistas”, o direito do desporto integra diversas áreas específicas – direito laboral desportivo, contratos desportivos, transferências de passes, sociedades anónimas desportivas, desenvolvimento e construção de empreendimentos, parcerias público-privadas, *branding*, patrocínios, contencioso e arbitragem – e tem regulamentos próprios, como sucede com as transferências de atletas e treinadores ou a participação nas diferentes competições. No caso da Abreu Advogados, a equipa de 11 elementos tem depois o envolvimento “de uma série de valências de outras práticas”, explica Fernando Veiga Gomes. “É uma área transversal e que envolve diversas questões, pelo que temos sempre outros advogados para desenvolver uma espécie de subespecialização”, explica o sócio de um dos cinco maiores escritórios de advocacia em Portugal. Criada em 1998, a Associação Portuguesa de Direito Desportivo (APDD) conta com 105 associados até à data. Sobre o número de escritórios que se dedicam à prática desta área do direito, Carlos André Dias Ferreira, presidente da Associação, afirma não ter dados exactos mas confirma que “algumas das grandes sociedades já têm departamento específico de direito do desporto e outras vão seguramente seguir o mesmo caminho”.

## FUTEBOL TAMBÉM GANHA NO NEGÓCIO JURÍDICO

Embora o direito do desporto inclua todas as modalidades, o futebol tem claro domínio – no último ano, mais de metade dos negócios no desporto passaram-se no ▶

**APOSTA** – Fernando Veiga Gomes é um dos sócios responsáveis pela equipa de direito do desporto da Abreu Advogados

► desporto-rei. Também a sociedade de advogados PLMJ criou em 2007 "uma equipa multidisciplinar que dispõe de advogados especializados em diversas áreas de prática e de advogados com especialização e vasta experiência em direito do desporto", explica Alexandre Miguel Mestre, um dos especializados da sociedade. Embora a deontologia não permita a divulgação da lista de clientes, a PLMJ explica na sua página oficial na Internet que trabalha com "uma ampla diversidade de agentes desportivos, tais como praticantes, treinadores, empresários desportivos, clubes, sociedades anónimas desportivas, federações, ligas profissionais e sindicatos".

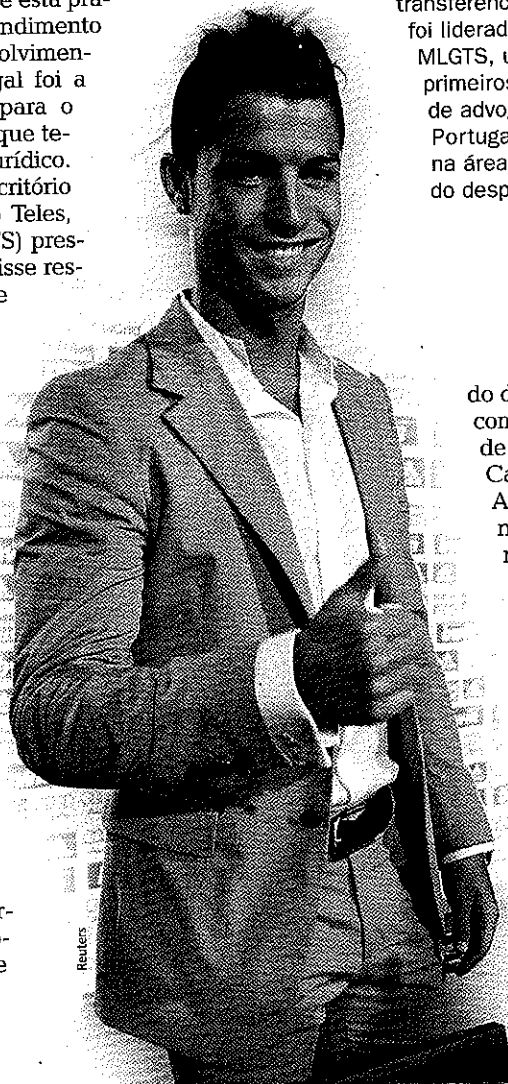
## FORMAÇÃO

A PLMJ criou a equipa de direito do desporto há cerca de um ano e meio, da qual faz parte Alexandre Miguel Mestre, advogado especializado nesta área

## O futebol é responsável por mais de metade dos negócios feitos no mercado desportivo

### O NEGÓCIO DE CRISTIANO RONALDO

O direito do desporto tem vindo a evoluir no País e prova disso é a adesão dos grandes escritórios de advogados a esta prática. Segundo Carlos André Dias Ferreira, presidente da APDD, "foi pelos pequenos escritórios que o direito do desporto se foi inserindo no nosso país, estendendo-se depois aos grandes escritórios quando perceberam a complexidade das áreas que esta prática podia abranger e a fonte de rendimento que podia consistir". Sinal do desenvolvimento do direito do desporto em Portugal foi a transferência de Cristiano Ronaldo para o Real Madrid, a mais cara de sempre, que teve participação portuguesa ao nível jurídico. Com ampla cobertura noticiosa, o escritório de advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados (MLGTS) prestou assessoria jurídica a tudo o que disse respeito à transferência e aos direitos de imagem de Cristiano Ronaldo, à semelhança do que já tinha sucedido na desvinculação de José Mourinho do Chelsea e posterior assinatura com o Inter de Milão. Carlos Osório de Castro, sócio das equipas de Comercial e Societário e de Direito Desportivo da MLGTS, explicou à Focus que o negócio decorreu como todos os que correm bem: "As partes querem fazer o negócio e os advogados estão lá para garantir que tudo se faz como deve ser." A MLGTS tem actualmente 10 advogados na área do direito do desporto, uma secção que, segundo Carlos Osório de Castro, "foi criada há muito anos, ainda que mais informalmente do que agora, e funciona como um grupo profissional mais organizado". Sobre o facto de ainda poder ser vista como um parente pobre



### GALÁCTICO

O contrato da maior transferência de sempre foi liderado pela MLGTS, um dos primeiros escritórios de advogados em Portugal a apostar na área do direito do desporto

do direito, o advogado refere que já "é vista como uma área muito importante e que pode vir a ser ainda mais no futuro". Para Carlos André Dias Ferreira, presidente da APDD, a transferência de Cristiano Ronaldo é "um exemplo de que Portugal não está fora do 'comboio'", embora ressalve que, "atendendo aos avanços de países 'próximos' do nosso, como Espanha e Brasil, não nos poderemos considerar 'na frente' do direito desportivo".

### OS "CAÇA-NEGÓCIOS"

Com o desenvolvimento e proliferação da prática do direito desportivo em Portugal, têm vindo a surgir pequenos escritórios vocacionados apenas para esta prática da advocacia. Se nos grandes escritórios a carteira de clientes é um segredo bem guardado, nestas "firmas familiares" uma das prá-



Paula Azevedo

ticas que têm vindo a público tem sido a pesquisa e o contacto com clubes de menor dimensão, formadores por excelência, informando-os de verbas compensatórias a receber por determinada transferência. Um dos últimos casos foi o de Nani, jogador que o Sporting transferiu para o Manchester United e que valeu ao Real Sport Clube uma verba a rondar o milhão de euros. Alexandre Mestre, advogado da PLMJ, confirma o conhecimento de casos "de clubes pequenos sem noção das verbas a que têm direito pela inexistência de gabinetes jurídicos" que são depois alvo de contacto por parte de advogados, ainda que alerte para o facto da "Ordem dos Advogados não permitir o pagamento de comissões em qualquer negócio". Ou seja, "o montante do trabalho do advogado é estabelecido tendo em conta a quantidade de horas dispendidas no processo e a complexidade do assunto, mas nunca num valor estimado e conexo em termos percentuais", explica o advogado. O presidente da APDD, Carlos Ferreira, confirma também a existência desses casos: "É uma técnica que não é muito aceitável do ponto de vista deontológico, uma vez que colide com o próprio estatuto da Ordem dos Advogados em matéria de angariação de clientela". Ainda assim,

para o presidente da APDD, "são inúmeros os exemplos de clubes de menor dimensão que, de outra forma, nem sequer seriam alertados ou tomariam consciência dos direitos de que dispõem e, designadamente, das verbas a que têm direito".

A Abreu Advogados celebrou recentemente um protocolo com a Associação de Futebol de Lisboa, que abrange um universo de 18 mil atletas e 300 clubes desportivos. A internacionalização também já aconteceu. Sem possibilidade legal para se instalarem directamente em Angola, onde apenas os cidadãos nacionais podem estar inscritos na ordem de advogados, a Abreu Advogados, à semelhança da PLMJ e da Miranda, decidiram apostar numa presença indirecta através de acordos e parcerias com escritórios locais. Além do mercado angolano, a PLMJ tem parcerias no Brasil e em Macau, enquanto a Abreu Advogados já trabalha de perto com uma multinacional brasileira de renome no panorama desportivo. É o desenvolvimento natural do direito do desporto depois do boom em Portugal que aconteceu há cerca de cinco anos. ■

MÁRIO RUI VENTURA